

DICIONÁRIO DA EXPANSÃO PORTUGUESA

1415-1600

VOLUME 2
DE I A Z

DIREÇÃO
Francisco Contente Domingues

Círculo de Leitores

determinado acidente da costa, parecer existido desde as viagens henriquinas. Não se tratava apenas de uma simples marca de presença, mas também de uma consagração e de um ato simbólico de posse, visível não apenas para os portugueses mas também para as populações locais e, sobretudo, para eventuais concorrentes europeus que lá aportassem. Contudo, a prática de erguer padrões de pedra, transformando simples sinais de passagem (como cruzes de madeira) em verdadeiros marcos territoriais, ocorreu apenas no reinado de D. João II, quando as viagens adquiriram um carácter sistemático. No decorrer da sua primeira viagem, em 1483, Diogo Cão deixou os dois primeiros padrões que se conhecem, o de São Jorge e o de Santo Agostinho, respetivamente no rio Zaire e mais a sul. A prática foi repetida nas viagens seguintes, realizadas por este navegador e por Bartolomeu Dias, até ao rio do Infante, já além do cabo da Boa Esperança.

Um padrão é uma coluna de pedra, geralmente cilíndrica, encimada por um capitel onde era encaixada uma cruz de metal ou de pedra. Numa das faces eram gravadas informações, numa fórmula que incluía a data da partida da expedição e os nomes do rei de Portugal e do capitão responsável.

A prática de erigir padrões nas terras alcançadas pelos portugueses prosseguiu durante o reinado de D. Manuel e não se limitou à costa ocidental africana, antes estendeu-se à contracosta e à Ásia. Sabe-se

que Vasco da Gama deixou vários no decorrer da sua viagem e que outros capitães e governadores portugueses lhe seguiram o exemplo, nomeadamente em Ceilão, Samatra, Java, Banda, Molucas e China. No contexto asiático, os padrões serviam igualmente como marcos da presença portuguesa em paragens cujo acesso era disputado por Castela, no âmbito do antimeridiano de Tordesilhas. Porém, o seu desaparecimento – de que o padrão de Banten, hoje em Jacarta, é uma notável exceção – não permite mais do que especulações acerca das suas características e funcionalidades.

Paulo Jorge de Sousa Pinto

BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, Luís de, *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Publicações Alfa, 1985.
- Alves, Jorge dos Santos, «L'Inscription du padrão de Banten (1522)», in *Archipel*, 47, 1994, pp. 23-34.
- Barros, João de, *Da Ásia*, Década I, parte I, Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1973.

PAÍSES BAIXOS – As relações entre Portugal e os Países Baixos (aqui definidos no seu sentido mais lato, incluindo a atual Bélgica e Holanda) remontam à Idade Média. Desde o seu início, estes contactos tiveram uma natureza essencialmente económica, manifesta no estabelecimento de importantes comunidades (nações) de mercadores portugueses nos principais centros comerciais da região,

PAÍSES BAIXOS

e na presença de mercadores flamengos e holandeses nas principais cidades portuguesas. Durante grande parte do período medieval, essas trocas comerciais centraram-se em Bruges (na Flandres), Lisboa e Porto, embora envolvendo outros centros de menor dimensão, quer na costa atlântica portuguesa, quer nas zonas da Zelândia e da Holanda. Este comércio assentava, essencialmente, na troca de produtos agrícolas típicos do sul da Europa, como vinho, azeite, frutos secos e sal, por produtos manufaturados no norte da Europa, nomeadamente têxteis, bem como cereais, cuja produção no reino era regularmente deficitária. Mas durante o período medieval, as relações entre Portugal e os Países Baixos tiveram também uma dimensão político-militar, evidente, por exemplo, no envolvimento de Guilherme da Holanda na conquista de Alcácer do Sal.

Tais relações político-militares e diplomáticas seriam reforçadas no século xv por via do casamento da princesa Isabel, filha do rei João I, com o duque de Borgonha e senhor da Flandres, Filipe, *o Bom*, bem como pela concessão por este do direito de cônsul privativo aos portugueses (1438), e ainda por equivalentes concessões feitas pelo monarca português aos flamengos. A expansão portuguesa veio também reforçar os laços diplomáticos e económicos entre Portugal e os Países Baixos. Durante os séculos xv e xvi, Antuérpia tornou-se o grande centro económico e financeiro dos Países

Baixos, onde floresceu uma importante comunidade de mercadores portugueses, e onde a Coroa portuguesa estabeleceu uma feitoria responsável pelas transações dos produtos oriundos do império. A colonização das ilhas atlânticas da Madeira, dos Açores, de Cabo Verde e de São Tomé, bem como o subsequente povoamento e exploração económica do Brasil, permitiu a introdução de novos produtos nas trocas comerciais entre Portugal e os Países Baixos. Neste novo comércio, o açúcar da Madeira, de São Tomé e do Brasil tornar-se-ia um produto-chave. A urzela, o pastel e o pau-brasil utilizados na preparação de tintos para as indústrias têxteis dos Países Baixos ocupariam também um papel central nestas trocas comerciais. A este leque de artigos juntavam-se ainda as especiarias trazidas da Ásia na Carreira da Índia. A expansão marítima portuguesa viria também alargar o leque de produtos em demanda no reino. A intensa atividade do setor da construção naval contribuiu para um aumento na procura de madeiras, bem como de outros materiais essenciais para a construção das embarcações, como mastros, cordas, etc. Uma parte desses produtos seria importada da Europa do Norte, a partir dos Países Baixos. A expansão em direção ao Atlântico e, em particular, ao Norte de África contribuiu também para aumentar a dependência do reino face à importação de cereais dos portos do norte da Europa, agora não só para suprir as suas carências usuais

mas também para abastecer as praças do Norte de África, e outros territórios onde o clima não permitia a produção cerealífera.

Desde a segunda metade do século XVI, e na sequência da revolta das Sete Províncias Unidas da República Holandesa contra o império habsburguês, em 1568, as relações Portugal-Países Baixos sofreram graves perturbações. D. Sebastião procurou mitigar as consequências que este conflito teria para Portugal e seu comércio com os Países Baixos: declarou a neutralidade portuguesa, garantiu aos revoltosos segurança para comerciar nos portos portugueses, e concedeu-lhes liberdade de culto. Em contrapartida, os mercadores portugueses estabelecidos nas províncias dominadas pelos revoltosos foram autorizados a permanecer e desenvolver as suas atividades. Em menos de duas décadas, as principais comunidades mercantis sediadas em Antuérpia e outras cidades flamengas deslocaram-se para Middelburgo, Roterdão e Amesterdão – tendo-se esta última transformado no maior centro económico da Europa durante todo o período moderno. Porém, a integração de Portugal no império habsburguês, na sequência da aclamação de Filipe II de Espanha como rei de Portugal, em 1580, pôs um ponto final à neutralidade portuguesa. Em 1598, o imperador decretou um embargo económico contra as Províncias Unidas, proibindo a entrada e comércio dos seus navios nos

portos ibéricos. Os mercadores sediados nas principais cidades portuárias das Províncias Unidas começaram então a organizar frotas comerciais destinadas ao Atlântico Sul e ao Extremo Oriente a fim de adquirir os produtos coloniais que anteriormente obtinham nos portos portugueses e espanhóis. Durante a primeira década de Seiscentos, assistir-se-ia à realização das primeiras viagens comerciais das Províncias Unidas em direção ao Brasil, às ilhas atlânticas, à costa da Argentina, ao Caribe, à costa ocidental africana, às ilhas da Ásia do Sueste e ao mar da China. Assistir-se-iam também aos primeiros ataques aos territórios portugueses no Atlântico e na Ásia. Ainda na mesma década, dar-se-ia o estabelecimento da Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC), para o desenvolvimento do comércio das Províncias Unidas com a Ásia (1602). Em 1609, as partes envolvidas no conflito acordaram uma trégua de doze anos, a qual permitiu o retomar das relações comerciais entre Portugal e os Países Baixos. O final da trégua foi marcado pelo estabelecimento da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (WIC), em 1621, à qual os Estados Gerais concederam o monopólio do comércio no Atlântico. Os anos seguintes seriam marcadas por intensos conflitos quer no mar, quer em terra, entre as frotas de guerra e os exércitos de Portugal e das Províncias Unidas. No Atlântico, assistir-se-ia à tomada dos fortes da Costa do Ouro, das capitánias

PAÍSES BAIXOS

do nordeste brasileiro, de Angola e São Tomé pela WIC. Na Ásia, a VOC conquistaria também vários portos que antes se encontravam nas mãos dos portugueses, incluindo Cochim, Galé, Columbo, Malaca e diversas ilhas na Ásia do Sueste. Com a restauração da independência em 1640, Portugal iria estabelecer relações diplomáticas diretas com as Províncias Unidas com o objetivo de negociar uma trégua, e em 1641 seria assinada em Haia uma trégua de dez anos. O tratado de paz seria apenas assinado em 1662, permitindo o gradual restabelecimento de relações estáveis entre ambos os países.

Filipa Ribeiro da Silva

BIBLIOGRAFIA

- Antunes, Cátia, *Globalisation in the early modern period. The economic relationship between Amsterdam and Lisbon, 1640-1705*, Amsterdão, Aksant, 2004.
- Brazão, Eduardo, *A Restauração: As Relações Diplomáticas de Portugal de 1640 a 1668*, Lisboa, Bertrand, 1939.
- Miranda, Flávio, *Portugal and the Medieval Atlantic. Commercial Diplomacy, Merchants and Trade, 1143-1488*, tese dout., Universidade do Porto, 2012.
- Prestage, Edgar, *A Embaixada de Tristão de Mendonça Furtado à Holanda em 1641: As Primeiras Embaixadas de El-Rei D. João IV com Documentos Elucidativos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920.
- Rau, Virgínia, *Os Holandeses e a Exportação do Sal de Setúbal nos Fins do Século XVII*, Coimbra, Tipografia Atlântida, 1950.
- Rau, Virgínia, *A Embaixada de Tristão de Mendonça Furtado e os Arquivos Notariais Holandeses*, Lisboa, APH, 1958.
- Silva, Filipa Ribeiro da, *Dutch and Portuguese in Western Africa: Empires, Merchants and the Atlantic System, 1580-1674*, Leida, Brill, 2011.
- Veen, Ernst Van, *Decay or defeat? An inquiry into the Portuguese decline in Asia, 1580-1645*, Leida, CNWS, 2000.

PASSAGEM DO NOROESTE – Durante o século xv, os portugueses levaram a cabo um processo de expansão marítima que explorou sistematicamente o Atlântico, especialmente para sul. A confiança adquirida nas viagens cada vez mais longas levou a Coroa portuguesa a procurar alcançar o Oriente por via marítima, em busca do seu quinhão no comércio das riquezas orientais, nomeadamente especiarias, que até então chegavam à Europa por via terrestre, trazidas por mercadores das repúblicas italianas. D. João II tomou uma série de medidas com o objetivo de poder estabelecer essa ligação com o Oriente, contornando o extremo sul de África.

Porém, o conhecimento de que a Terra é redonda apresentava uma outra alternativa para atingir o Oriente, navegando para oeste. O desconhecimento da existência da América e uma avaliação incorreta da dimensão do globo terrestre levaram Colombo a acreditar ser mais simples atingir o Oriente por esta via. Apresentou esta proposta aos Reis Católicos, tendo sido acolhida por Isabel de Castela. Como resultado das suas viagens, os europeus passaram a conhecer a existência de um novo continente.